
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL QREN 2007-2013

(31 de dezembro de 2013)



QREN

2007-2013

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Fatores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Fatores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, aprovada pela Comissão Europeia, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.



I. O QREN NA REGIÃO CENTRO

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é o sistema de financiamento da política regional europeia, para o período de programação de 2007 a 2013, em Portugal. As prioridades estratégicas do QREN foram definidas a partir do diagnóstico da situação económica e social do país e estão direcionadas, em primeiro lugar, para o aumento da coesão e da competitividade da economia portuguesa através de dois vetores fundamentais: a melhoria do capital humano e o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (em particular investimento privado). Estas prioridades baseiam-se assim em vários desafios para o país e para as regiões, nomeadamente apostar na promoção da qualificação dos recursos humanos e no crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

Até ao final de 2013, tinham já sido aprovados na Região Centro 17.466 projetos, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), envolvendo um investimento previsto de 10,3 mil milhões de euros e um cofinanciamento de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 6,1 mil milhões de euros (Quadro 1¹). Os fundos comunitários alavancam um valor superior de investimento, tendo assim associado um efeito multiplicador potenciador de uma maior competitividade regional. Face aos valores aprovados, até ao momento, de fundos comunitários do QREN, este efeito multiplicador era de 1,7 na região, o que significa que cada euro de fundos comunitários aprovados gera cerca do dobro desse valor em investimento. Este coeficiente multiplicador tem tido nos últimos meses o valor mais baixo desde o início do QREN devido ao aumento das taxas de cofinanciamento resultante da aplicação dos memorandos de entendimento e da reprogramação financeira dos programas operacionais.

Nesta data, a região apresentava uma taxa de realização média de 68,3% relativa aos fundos comunitários aprovados através do QREN. Esta taxa diferia bastante entre os vários programas, variando entre 51,0% nos projetos aprovados no PO FC e 82,1% nos do PO PH.

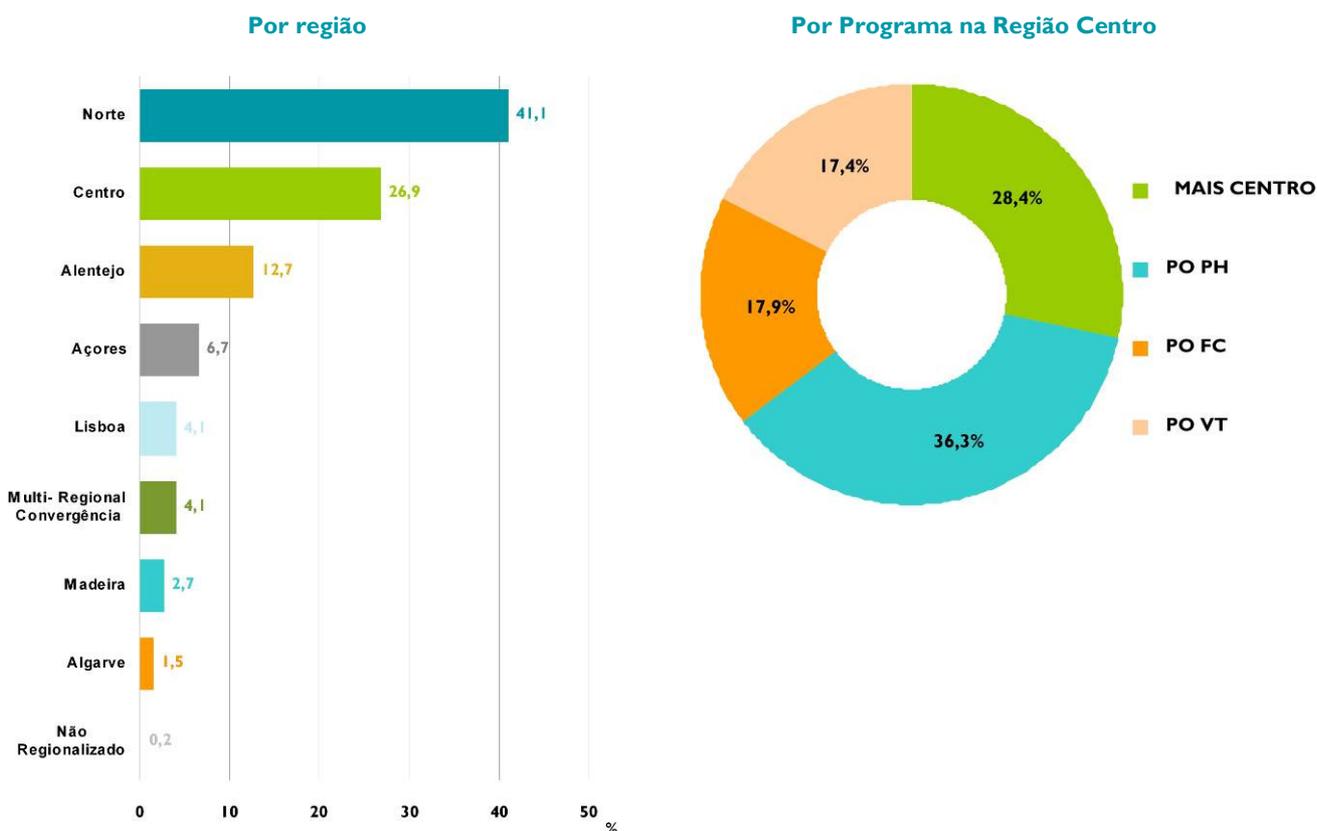
¹ Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

Projetos na Região Centro absorvem 27% dos fundos comunitários do QREN

Praticamente desde o início do período de programação que a Região Centro é a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN entre as várias regiões portuguesas. No final de 2013, a Região Centro concentrava 27,3% do total de fundos aprovados no país (Quadro I). No que respeita ao peso que a Região Centro assumia no total de fundos aprovados no país em cada programa operacional temático, a posição regional era mais forte no caso do PO FC em que o peso da região no total de aprovações nacionais ascendia a 37,2%. Relativamente às aprovações no total da Região Centro, continua a manter-se o predomínio dos fundos comunitários aprovados pelo PO PH (30,2%) e pelo Mais Centro (28,3%).

Em termos da execução dos projetos regionais no âmbito do QREN, a situação é idêntica. A despesa validada de fundos comunitários na Região Centro representava 26,9% do total nacional, sendo assim também a segunda região com maior nível de execução (Figura I). Também ao nível da distribuição da despesa validada na Região Centro, por programa, se verificava a importância relativa do PO PH e do Mais Centro, que concentravam, em conjunto, mais de 64,7% do total executado na região (36,3% no caso do PO PH e 28,4% no do Mais Centro).

Figura I. Distribuição dos fundos comunitários executados no QREN



(31 de dezembro de 2013)

Região Centro continua a ser a segunda maior beneficiária do país em todos os programas operacionais temáticos

Para além do programa regional – Mais Centro, os agentes regionais podem ainda candidatar os seus projetos a fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão através dos Programas Operacionais Temáticos. O Mais Centro representa 22,9% do volume de aprovações entre os vários programas regionais e 29,7% se forem considerados apenas os do Continente, concentrando mais de metade do FEDER aprovado em cinco dos 32 regulamentos existentes: Incentivos à Inovação, Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, Parcerias para a Regeneração Urbana e Mobilidade Territorial (Quadro 2).

No âmbito do Programa Operacional temático Fatores de Competitividade, estavam aprovados 1,5 mil milhões de euros de FEDER no final de 2013, ou seja, 37,2% do total aprovado no país (Quadro 3). No entanto, é o programa com menor execução na Região, o que se deve, em grande medida, à conjuntura atual marcada por dificuldades no acesso ao crédito para financiamento da parte do investimento que não é comparticipada. Os projetos de inovação empresarial na Região Centro absorvem mais de metade do valor aprovado e realizado neste programa operacional e assumem, simultaneamente, um importante peso no total nacional de FEDER aprovado no regulamento Incentivos à Inovação (43,7%). São ainda de destacar os valores aprovados em projetos de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, de Engenharia Financeira e de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

O Programa Operacional Valorização do Território tinha aprovado 1,1 mil milhões de euros de fundos comunitários para cofinanciamento de projetos na Região Centro até ao final de dezembro de 2013. Cerca de 62% do valor de aprovações respeitava a projetos no âmbito da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário, da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e das Redes e Equipamentos de Transportes (Quadro 4). A região destacava-se ainda pela capacidade de absorver mais de metade dos fundos nacionais destinados a projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos e de Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano. Já em termos de realização do que se encontra aprovado, destacam-se os projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, de Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, de Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário e de Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (com taxas de realização superiores a 80%).

Relativamente ao Programa Operacional Potencial Humano, os projetos aprovados envolvem um cofinanciamento de 1,9 mil milhões de euros de FSE na Região Centro, traduzindo-se num peso de 29,6% no total aprovado no país (Quadro 5). Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior e Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentravam 57% do total de FSE aprovado para projetos regionais. Os investimentos nestas áreas permitem reforçar a formação da população jovem e, simultaneamente, uma maior qualificação da população adulta ativa, o que é hoje fundamental para a aquisição de novas competências necessárias à renovação do perfil de especialização produtiva. Grande parte dos regulamentos do PO PH apresenta uma taxa de realização bastante elevada, sendo de destacar os projetos aprovados no âmbito do reequipamento dos estabelecimentos de ensino, da qualificação dos profissionais do setor da educação e dos estágios profissionais na administração pública local que se encontram totalmente realizados.

Apesar da capacidade da região em absorver fundos comunitários nacionais ser distinta entre os vários programas operacionais, em todos eles a Região Centro se tem mantido como a segunda maior beneficiária.

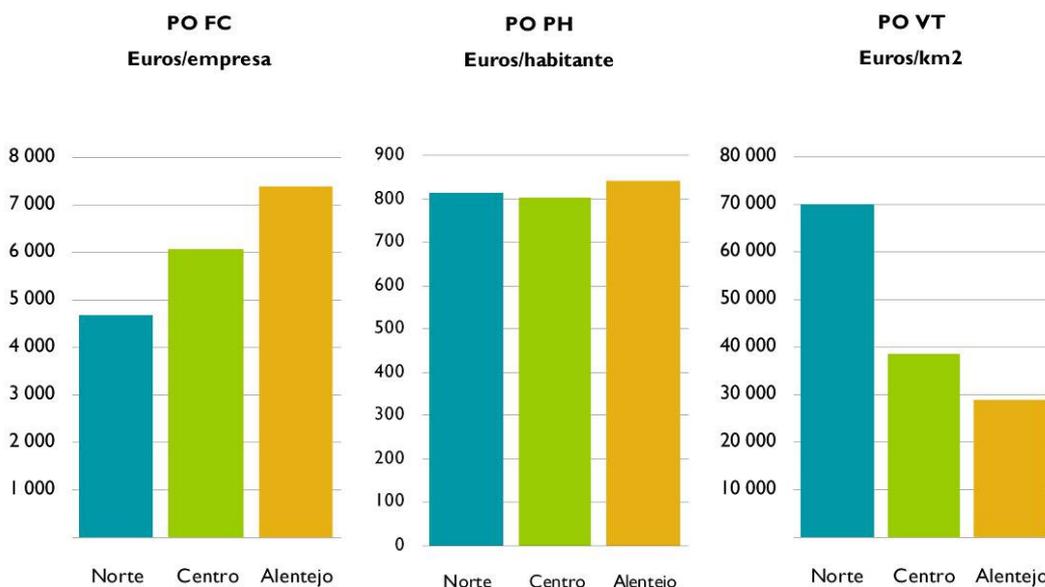
Boa intensidade de apoio de fundos comunitários na Região Centro

As intensidades regionais de apoio do QREN referentes ao volume de aprovações podem ser medidas através da relativização dos valores dos fundos comunitários aprovados por diferentes variáveis: no PO PH pela população residente na região, no PO FC pelo número de empresas com sede na região e no PO VT pela área territorial que ocupa a região. A intensidade de apoio nas regiões fora do objetivo convergência é muito reduzida dada a menor expressão do seu envelope financeiro, sendo assim relevante comparar o desempenho da Região Centro apenas com as regiões de convergência.

As disparidades das regiões de convergência, medidas pelas intensidades de apoios do QREN, eram significativas nos casos do PO FC e do PO VT (Figura 2). No caso do PO FC, o Alentejo evidencia uma intensidade de apoio superior à do Centro, para a qual contribui a aprovação de alguns projetos com grande investimento público numa região com reduzida densidade empresarial. Já no PO VT, o valor mais elevado da relativização entre os fundos aprovados e a área territorial registava-se na região do Norte, o que é justificado pelos fundos aprovados envolvidos nos projetos de infraestruturas de conectividade (Metro do Porto e Autoestrada Transmontana).

No PO PH as intensidades de apoio regional eram semelhantes, variando entre 802 euros por habitante na Região Centro (o valor mais baixo) e 842 euros por habitante no Alentejo (o valor mais elevado).

Figura 2. Indicadores relativizados da distribuição de fundos comunitários aprovados nas regiões convergência do Continente



(31 de dezembro de 2013)

3,5 mil projetos empresariais cofinanciados na Região Centro

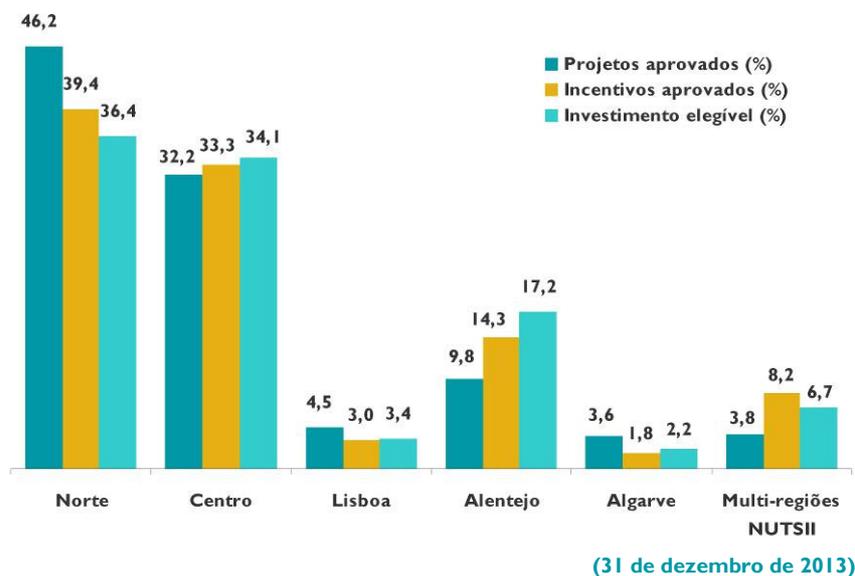
Os Sistemas de Incentivos do QREN têm assumido grande importância no financiamento de investimentos empresariais na Região Centro, nomeadamente daqueles que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro, como é o caso dos investimentos empresariais de inovação, de internacionalização e potenciadores de qualificação e diferenciação.

No final do ano de 2013, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.526 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,4 mil milhões de euros no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Estes projetos envolviam um investimento elegível previsto de 3 mil milhões de euros. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 33,3% do total de incentivos aprovados e 34,1% do total de investimento elegível (Figura 3).

À semelhança do que se tem observado anteriormente, o peso dos incentivos aprovados às empresas na região manteve-se superior ao peso do número de projetos aprovados, o que não acontecia em todas as outras regiões e que aponta para uma elevada dimensão média dos projetos empresariais regionais.

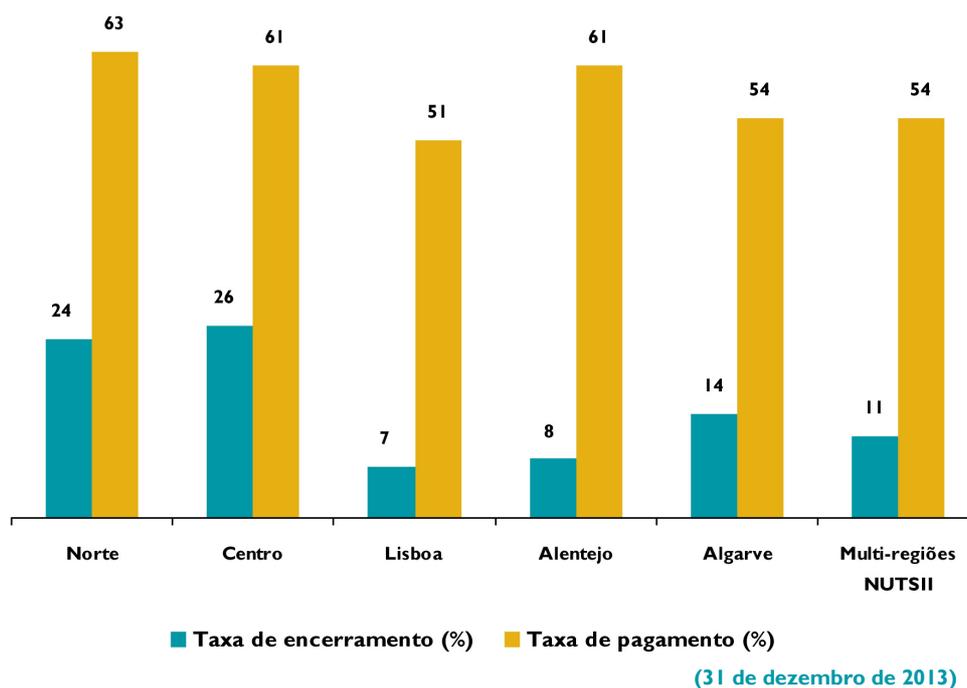
Estes indicadores apontam para um desempenho muito positivo da Região Centro na Agenda Temática da Competitividade no âmbito do QREN, o que também se verifica pelo seu posicionamento relativo face às restantes regiões.

Figura 3. Incentivos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



De todos os projetos aprovados, encontravam-se contratados 2.703 e destes apenas 577 se encontravam encerrados nesta data. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 26% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 61% (Figura 4). Estes valores refletem, no entanto, o melhor desempenho regional em termos de encerramentos e um dos mais favoráveis em termos de pagamentos.

Figura 4. Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade



Os pagamentos aos beneficiários dos sistemas de incentivos eram já de 753 milhões de euros e respeitavam a despesas de 2.108 projetos. Deste valor de pagamentos a promotores da região, cerca de 223 milhões de euros respeitavam a projetos financiados pelos sistemas de incentivos do programa operacional regional Mais Centro. Este volume de recursos financeiros do programa regional permitiu já apoiar na região, até à data, 1.499 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 216 são novas empresas/start-up e 107 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Durante o ano de 2013, foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). À data de 31 de dezembro de 2013, estavam aprovados 172 projetos na Região Centro. Dada a natureza deste regulamento, estes projetos envolvem investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de 3,8 milhões de euros de investimento elegível e 3 milhões de euros de FEDER.

Litoral da região continua a apresentar maiores aprovações e pagamentos de incentivos às empresas

Os maiores valores de incentivo aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade registavam-se no Baixo Vouga, no Baixo Mondego e no Pinhal Litoral (351, 236 e 221 milhões de euros, respetivamente), ou seja, nas sub-regiões do litoral com as maiores densidades empresariais (Figura 5). Com valores ainda elevados de incentivo aprovado (acima de 100 milhões de euros) encontravam-se também o Oeste e Dão-Lafões. O conjunto destas cinco sub-regiões concentrava 79% do total de incentivos aprovados. A este valor não era, contudo, indiferente o facto de, segundo dados do INE, serem estas as sub-regiões com maior número de empresas sedeadas na Região Centro. Analisando os pagamentos efetuados aos beneficiários verifica-se que as empresas destas sub-regiões evidenciam também bons níveis de realização (Figura 6).

Figura 5. Incentivo às empresas aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade

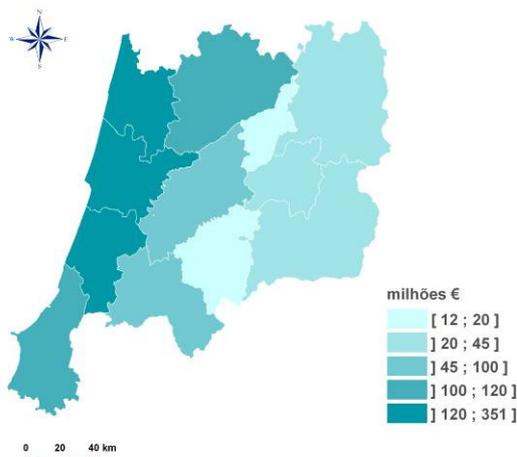
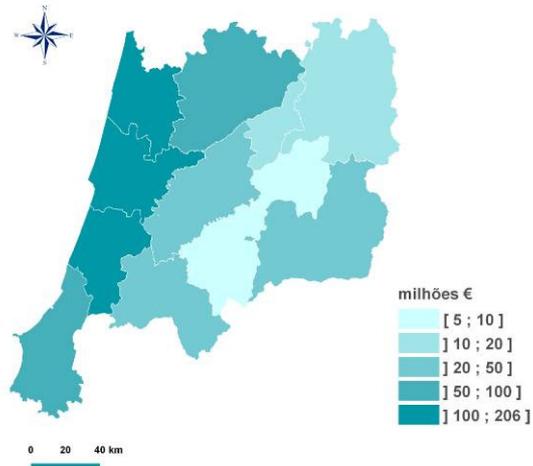


Figura 6. Pagamentos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



(31 de dezembro de 2013)



2. O MAIS CENTRO

2.1 Indicadores Gerais

Mais Centro aprova, em média, 95 candidaturas e 7,2 milhões de euros de FEDER por mês durante o ano de 2013

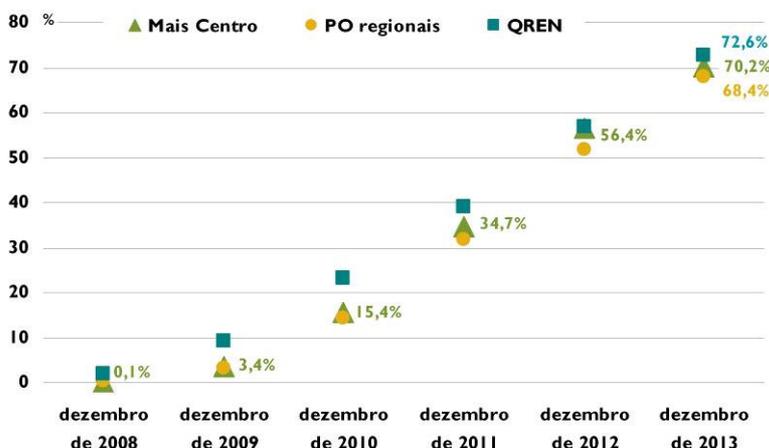
No final de 2013 e à semelhança dos restantes programas operacionais regionais do Continente, os níveis de compromisso do Mais Centro (1.732,5 milhões de euros) são superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.696,6 milhões de euros), o que significa uma gestão de *overbooking* (Quadro 6). Na realidade, a taxa de compromisso de 102% registada pelo Mais Centro significa que se prevê que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos valores aprovados, libertando assim verbas de fundo comunitário FEDER para alocar a outros projetos.

Este compromisso respeita a 4.433 candidaturas aprovadas no Mais Centro, o que representa mais 1.135 que no final de 2012, ou seja, uma média de 95 aprovações por mês. O FEDER aprovado e envolvido nestes projetos era de 1.732,5 milhões de euros, o que representava um aumento de 87 milhões de euros neste último ano (Quadro 6). Nesta fase do período de programação, com os níveis elevados de compromisso referidos, o aumento do valor de FEDER aprovado tem naturalmente diminuído.

A despesa validada de FEDER no Mais Centro ascendia a 1.190,8 milhões de euros, representando 70,2% da sua dotação. Os pagamentos aos beneficiários continuavam superiores à despesa já validada (1.209,4), resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 69,8%.

Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada pelos diferentes PO regionais do Continente e inferior à do QREN (68,4% e 72,6%, respetivamente, no final de 2013). No último ano, a taxa de execução aumentou 13,8 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 233,5 milhões de euros (Figura 7).

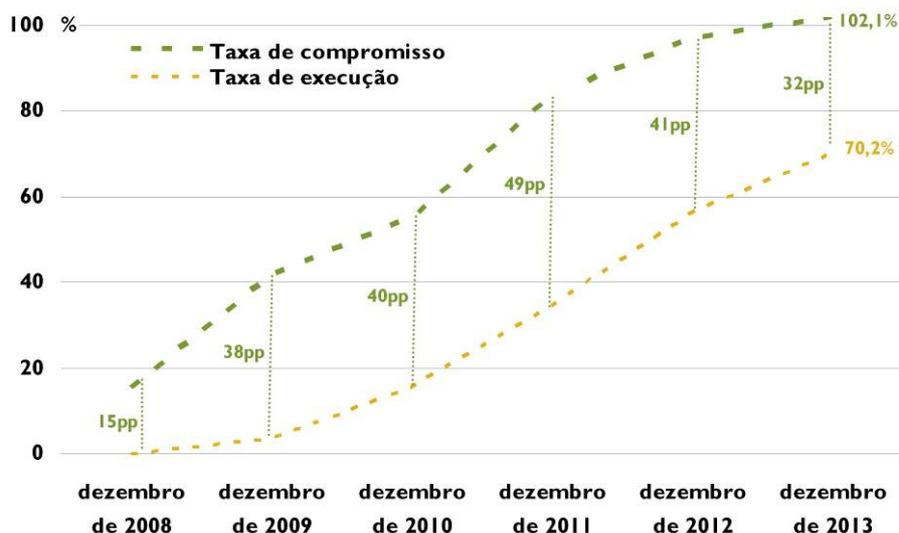
Figura 7. Taxa de execução do Mais Centro



Também as taxas de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro registavam um dos valores mais elevados entre as regiões do Continente.

O diferencial entre os níveis de compromisso e os de execução do Mais Centro diminuiu no último ano, sendo de 32 p.p., um valor bastante inferior aos dos últimos anos (Figura 8). Tendo igualado o diferencial médio do QREN (FEDER, FSE e Fundo de Coesão), encontra-se aquém do verificado nos projetos cofinanciados apenas com FEDER (38 p.p.) e nos apoiados pelos outros PO regionais (35 p.p.).

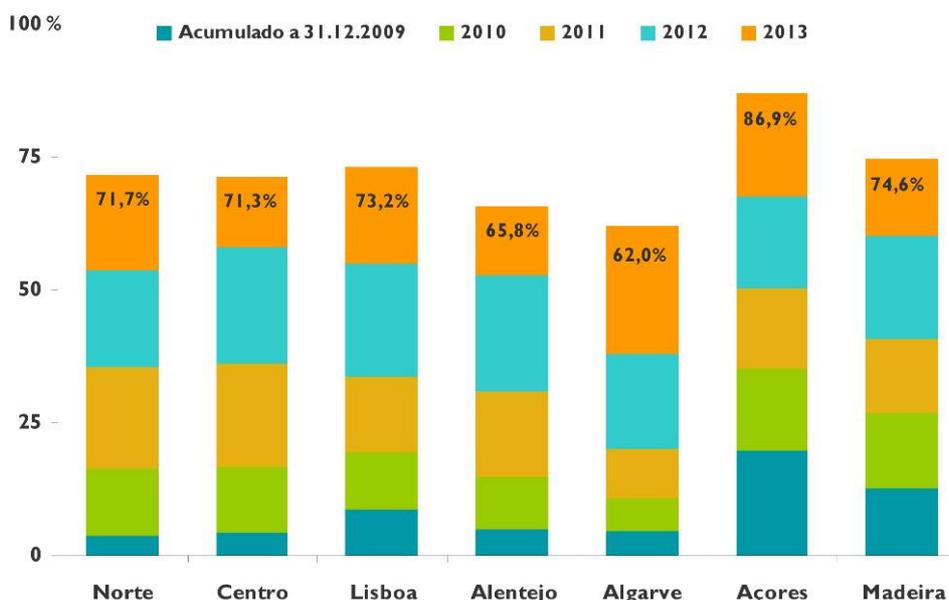
Figura 8. Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução do Mais Centro



Relativamente ao rácio entre os pagamentos intermédios de FSE, FEDER e Fundo de Coesão e a dotação total de fundos, Portugal continuava com uma posição de destaque entre os países da União Europeia, apresentando um rácio de 71,2%, sendo a média europeia de 53,2%.

Quanto ao total da dotação apenas de FEDER para cada PO regional (o único fundo comunitário que podem movimentar), o Mais Centro apresentava agora o terceiro maior valor relativo de pagamentos aos promotores de projetos regionais do Continente (Figura 9 e Quadro 7), embora muito próximo do valor registado pelo Norte. Mais de 71% do envelope financeiro do Mais Centro encontrava-se pago.

Figura 9. Rácio entre os pagamentos efetuados a beneficiários de FEDER nos PO regionais e o valor da dotação financeira para 2007-2013



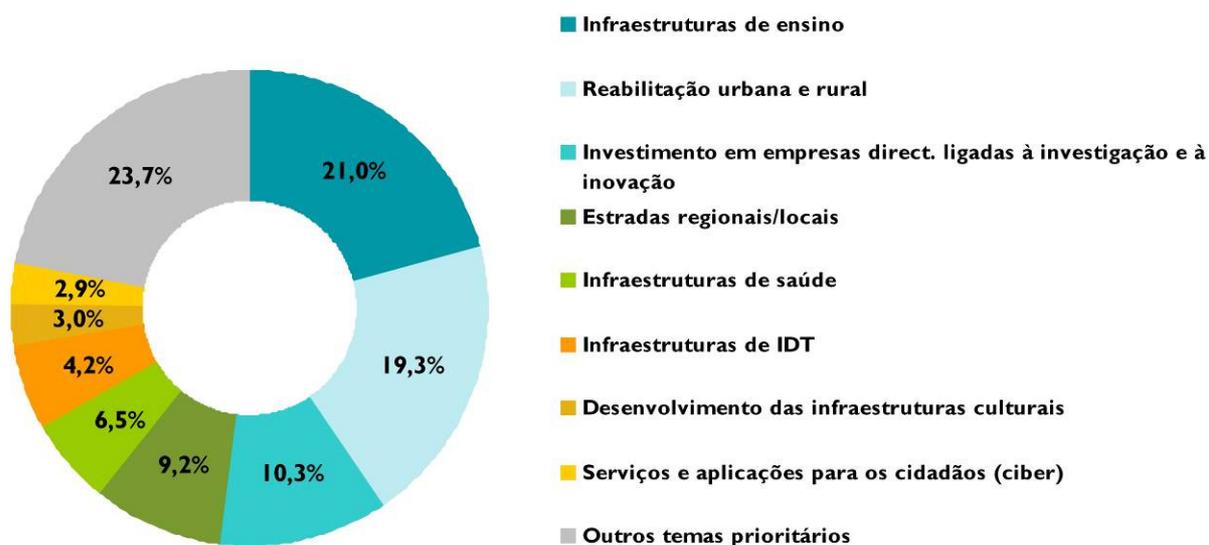
Maiores níveis de execução no Mais Centro em projetos do parque escolar e de reabilitação urbana e rural

A análise do fundo comunitário FEDER já realizado e validado no Mais Centro, repartido pelos temas prioritários tipificados pela Comissão Europeia, tem destacado o investimento nas infraestruturas de ensino e na reabilitação urbana e rural (Figura 10), que no seu conjunto concentram 40% do total de fundo executado no programa operacional regional. No caso das infraestruturas de ensino, até à data, foram apoiados, em termos de construção ou requalificação, 228 estabelecimentos de ensino, dos quais 210 eram centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico e os restantes 18 eram escolas dos 2º e 3º ciclos.

Com um peso no total de FEDER validado entre os 9% e 10%, encontravam-se também os projetos de investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e inovação e em estradas regionais e locais.

Os oito temas prioritários com maior peso no total de FEDER já executado (num total de 86 temas tipificados pela Comissão Europeia) concentravam 78,1% do total de fundo validado no Mais Centro, incluindo ainda investimentos em infraestruturas de saúde, culturais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e em serviços e aplicações para os cidadãos.

Figura 10. Fundo executado no Mais Centro por tema prioritário



Fonte: Regulamento CE 1083/1828 que tipifica 86 temas prioritários.

(31 de dezembro de 2013)

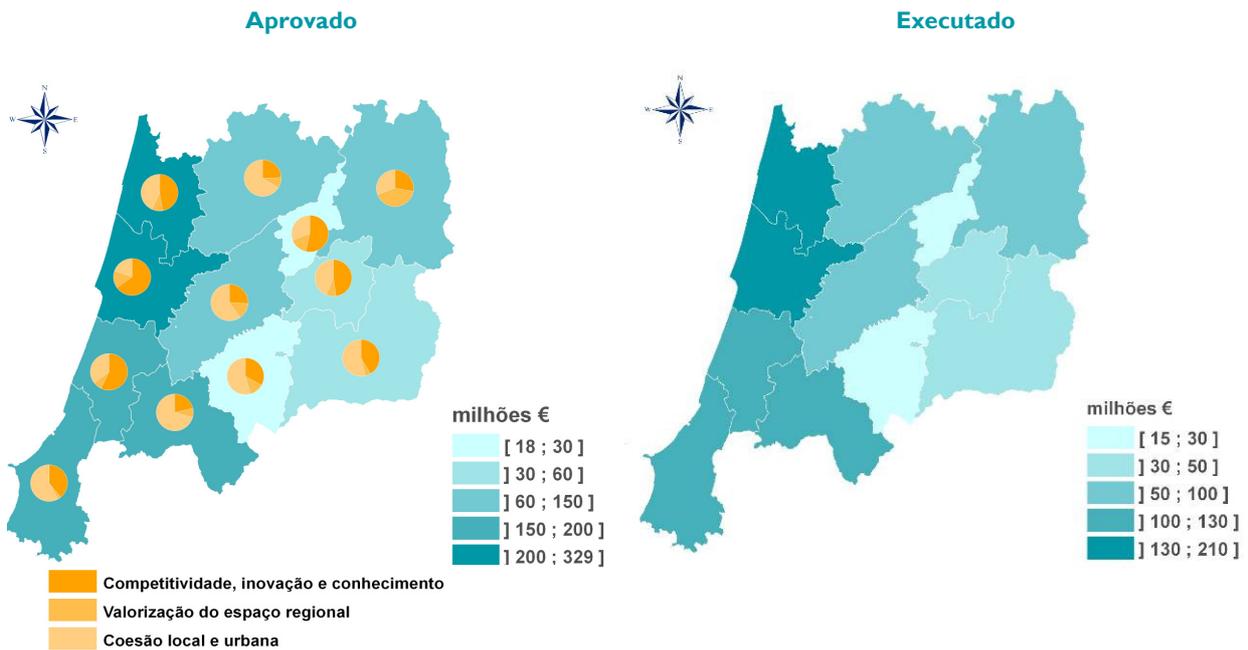
Baixo Mondego e Baixo Vouga são as sub-regiões com maiores níveis de aprovação e de execução

Em termos sub-regionais, não se evidenciam grandes alterações face aos períodos anteriores. Assim, as sub-regiões com maior valor de fundo comunitário aprovado no âmbito de projetos candidatados ao Mais Centro eram o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, que concentravam 37,2% do total (Figura 11). Em conjunto com Médio Tejo, Pinhal Litoral e Oeste, estas cinco sub-regiões referidas representam uma parcela muito significativa do total de FEDER do Programa Regional até esta data (69,2%).

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, também se mantém a maior concentração de aprovações nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da Região Centro, com exceção da Beira Interior Norte, onde a Valorização do espaço regional (eixo 2) continua a assumir maior importância.

No que respeita à execução a distribuição territorial é idêntica, com os maiores valores de despesa validada a observarem-se também no Baixo Mondego e no Baixo Vouga. Acima dos 100 milhões de euros de despesa já validada de fundo comunitário encontravam-se ainda os projetos do Médio Tejo, Oeste e Pinhal Litoral.

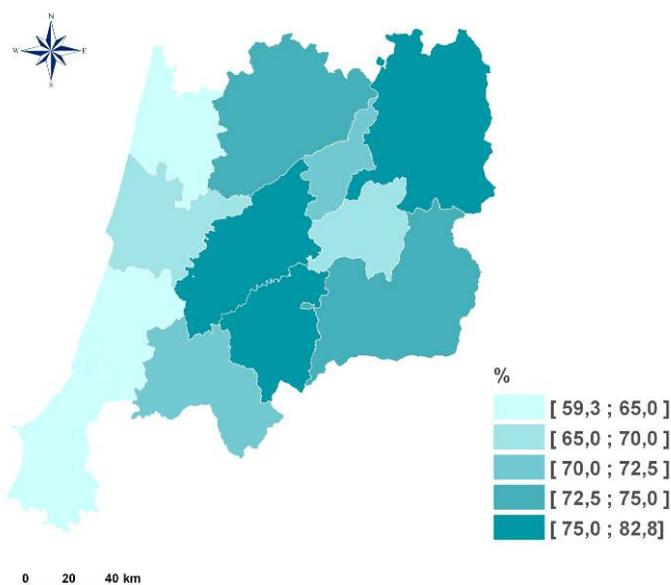
Figura 11. Fundo comunitário atribuído aos projetos no âmbito do Mais Centro



(31 de dezembro de 2013)

Relativamente à taxa de realização, ou seja, ao peso do fundo executado (avaliado pelo montante de despesa validada) no total de fundo aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Pinhal Interior Sul (82,7%), Pinhal Interior Norte (79,3%) e Beira Interior Norte (78,7%). Com menor capacidade de aplicação dos fundos comunitários, encontravam-se o Pinhal Litoral, Oeste e Baixo Vouga, sendo que algumas destas sub-regiões tinham um elevado valor de fundo aprovado (Figura 12).

Figura 12. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) no âmbito do Mais Centro



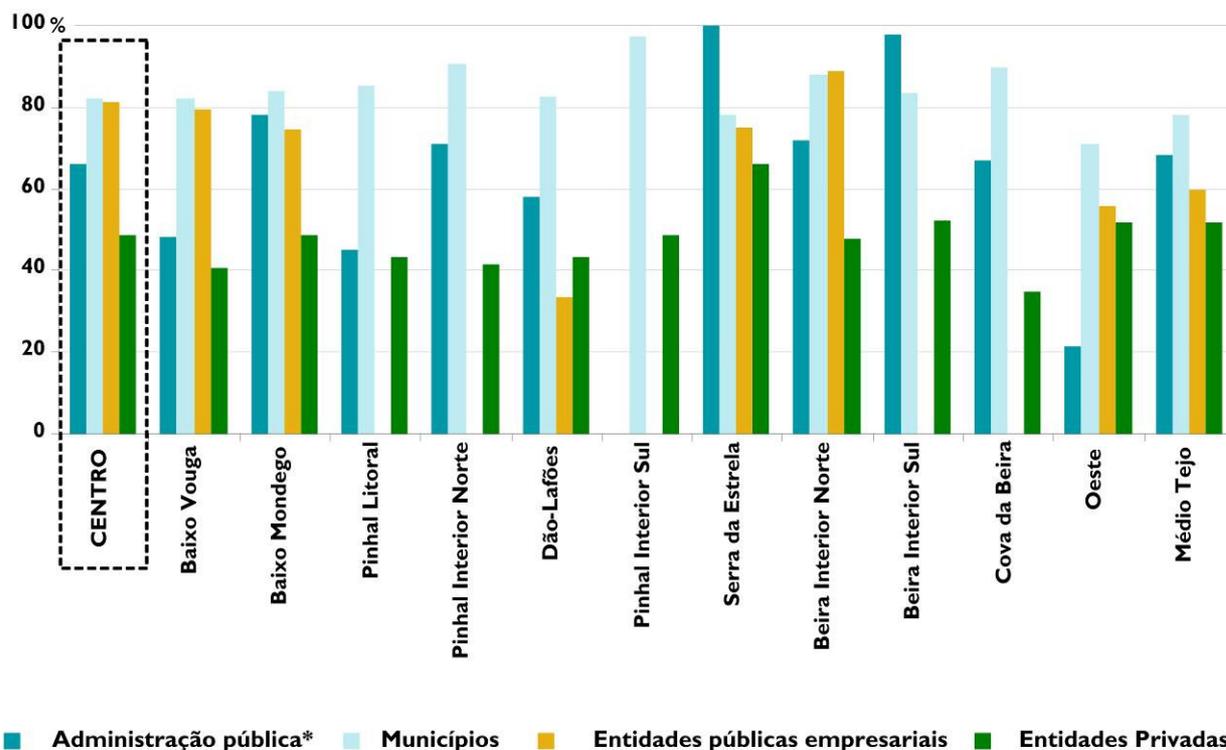
(31 de dezembro de 2013)

Municípios são as entidades beneficiárias com maior realização na região

Analisando a capacidade de realização das entidades beneficiárias/promotoras² na Região Centro, verificava-se que o maior valor de realização era registado pelos municípios e pelas entidades públicas empresariais, com taxas de 82,2% e 81,2%, respetivamente (Figura 13).

Em nove das doze NUTS III da Região Centro, verificava-se o predomínio dos municípios como as entidades com maior capacidade de aplicação dos fundos aprovados. No caso da Serra da Estrela e da Beira Interior Sul os beneficiários que mais se destacavam eram da administração pública, e na Beira Interior Norte, as entidades públicas empresariais.

Figura 13. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) dos projetos no âmbito do Mais Centro por entidade beneficiária/promotora



* Administração pública de administração direta e indireta e ensino superior.

(31 de dezembro de 2013)

² As entidades públicas empresariais correspondem a empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo setor público, incluindo as empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional (exemplos: hospitais e centros hospitalares (EPE); empresas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água; sociedades Polis). As entidades públicas empresariais aparecem individualizadas, apesar de serem de administração indireta do Estado. A entidade promotora municípios engloba os municípios, as juntas de freguesias, as associações de municípios ou ainda as comunidades intermunicipais. No caso da administração direta são essencialmente direções regionais ou serviços periféricos como as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), enquanto no caso da administração indireta se trata de universidades, hospitais públicos e institutos públicos.

2.2 Contratualização e Comunidades Intermunicipais (CIM)

543 milhões de euros de FEDER aprovados no Mais Centro no âmbito da contratualização com as CIM

No âmbito das subvenções contratualizadas³ entre as Associações de Municípios (sob a forma de Comunidades Intermunicipais) e o Mais Centro, aprovaram-se 666 candidaturas até ao final de 2013, o que se traduzia num investimento total previsto de 763 milhões de euros e um valor de comparticipação FEDER de 543 milhões de euros (Quadro 8). O valor de FEDER aprovado no âmbito das CIM representa mais 16% do que o total contratualizado em 2008 com as Associações de Municípios, já que aos valores iniciais foram, ao longo do período de programação, acrescidos reforços e os projetos de educação.

Relativamente à aplicação destas subvenções contratualizadas, nesta data, a despesa validada de FEDER era de 473,6 milhões de euros, o que se correspondia a uma taxa de realização média das CIM (FEDER validado/FEDER aprovado) de 87,3%. Entre as várias CIM, destacavam-se a Beira Interior Sul com a maior capacidade de realização e o Oeste, pelo contrário, com a mais reduzida. O peso que a despesa validada assume no total contratualizado com as CIM para o período de 2008 a 2013 era de 77,7%.

43% do valor de FEDER validado nos contratos com as CIM respeita a investimentos na requalificação do parque escolar

No âmbito da contratualização com as CIM, a Educação (requalificação do parque escolar) é o regulamento que concentrava maior valor de aprovações e de execução (43% do total de FEDER aprovado e 43,1% do validado) no final de 2013 (Quadro 9). Estavam então contratualizados 215 projetos de requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar com uma dispersão territorial por 82 municípios e com um valor médio por intervenção de cerca de 1,6 milhões de euros de investimento total e 1 milhão de euros de comparticipação FEDER.

Nesta data, todas as CIM têm o regulamento da Educação contratualizado com o Mais Centro, sendo de destacar o predomínio que este regulamento assumia em termos de FEDER no Oeste e no Médio Tejo/Pinhal Interior Sul (79% e 55% do total aprovado em cada uma destas CIM).

Quanto à taxa de realização média das CIM da Região Centro (FEDER validado/FEDER aprovado) esta é já muito elevada em todos os regulamentos e em todas as CIM. No entanto, com exceção das CIM do Pinhal Interior Norte, Baixo Vouga, e Pinhal Litoral, a execução do conjunto dos restantes regulamentos era inferior à dos investimentos no parque escolar, o que se explica pelo facto de boa parte destes investimentos terem sido os primeiros a serem contratados.

Excluindo o regulamento Educação, observava-se que em sete das dez CIM, o maior valor de FEDER aprovado se destinava a investimentos em mobilidade territorial. Apenas no Baixo Vouga, no Pinhal Interior Norte e na Serra da Estrela, esta situação não ocorria (Quadro 10). Já no que respeita à execução, apenas as CIM do Baixo Vouga e do Pinhal Interior Norte verificam níveis de despesa validada superiores nos investimentos em equipamentos para a coesão local, já que todas as restantes o registam na mobilidade territorial (Quadro 11).

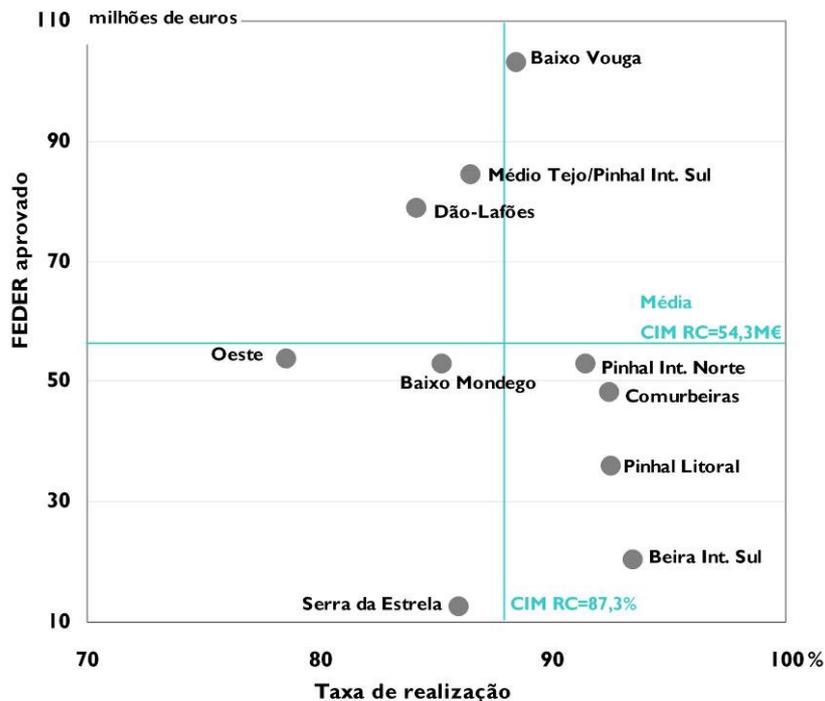
³ Importa sublinhar que, na região Centro, existem 12 NUTS III, mas apenas 11 CIM (a Comurbeiras abrange as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira) e 10 contratos de subvenção global pois existe um contrato conjunto para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul. Por comodidade de linguagem, utiliza-se aqui a designação CIM para os contratos de subvenção global.

Cinco CIM apresentam taxas de realização acima da média regional

Da análise comparativa das CIM da Região Centro, em termos da taxa de realização (despesa executada no total de FEDER aprovado) e do valor de FEDER aprovado, destacavam-se quatro grupos de sub-regiões no final de 2013 (Figura 14):

- a que registava o maior valor de FEDER aprovado e uma taxa de realização acima da média das CIM da Região Centro: Baixo Vouga;
- contrastando com a situação anterior, as CIM que registavam uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, reduzidos valores de aprovações: Serra da Estrela, Baixo Mondego e Oeste;
- a que tendo baixos níveis de aprovações, conseguem apresentar elevadas taxas de realização: o Beira Interior Sul, Pinhal Litoral, Comurbeiras e Pinhal Interior Norte;
- as que tinham elevados montantes de fundo aprovado mas que apresentavam uma realização aquém da média regional: Médio Tejo/Pinhal Interior Sul e Dão-Lafões.

Figura 14. Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado) e fundo aprovado no âmbito das subvenções com as CIM



(31 de dezembro de 2013)



Quadro I. O QREN na Região Centro

(31 de dezembro de 2013)		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	17.466	4.433	10.211	2.403	419
	% do QREN (total) da região	100,0	25,4	58,5	13,8	2,4
Investimento (custo) total	milhões €	10.329	2.663	2.539	3.602	1.525
	% do QREN (total) da região	100,0	25,8	24,6	34,9	14,8
	% do total nacional	27,9	21,6	29,4	38,5	23,3
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.218	2.260	2.539	3.092	1.327
	% do QREN (total) da região	100,0	24,5	27,5	33,5	14,4
	% do total nacional	27,7	20,9	29,4	38,0	24,2
Fundo comunitário	milhões €	6.132	1.732	1.851	1.465	1.084
	% do QREN (total) da região	100,0	28,3	30,2	23,9	17,7
	% do total nacional	27,3	22,9	29,6	37,2	24,0
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	68,3	68,7	82,1	51,0	67,2

Quadro 2. FEDER aprovado no âmbito do Mais Centro na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER
	Total	Peso no total nacional*	validado/ FEDER aprovado
	Milhares de euros	%	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	259 480,7	30,5	51,2
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	242 591,6	26,5	85,4
Parcerias para a Regeneração Urbana/Reabilitação Urbana	204 769,6	30,2	83,4
Mobilidade Territorial	140 050,4	38,2	88,1
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	107 058,5	30,6	24,7
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	82 197,4	37,4	56,2
Saúde	75 195,1	29,8	88,3
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	72 294,9	63,9	88,3
Equipamentos para a Coesão Local	68 206,6	29,3	87,0
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	60 712,1	26,6	37,9
Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	59 437,6	49,9	44,4
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	57 641,2	39,3	59,1
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	43 104,1	33,3	83,9
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	36 296,8	32,9	79,5
Iniciativa Comunitária Jessica	28 800,0	28,1	100,0
Promoção e Capacitação Institucional	26 724,9	31,3	42,0
Assistência Técnica	26 426,8	23,0	82,0
Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	22 022,1	27,7	43,5
Energia	20 433,0	31,2	31,6
Património Cultural	20 088,2	29,8	49,1
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	14 510,4	21,5	87,2
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	13 510,9	25,4	5,3
Sistema de Apoio a Ações Coletivas	12 823,6	39,3	43,2
Rede de Equipamentos Culturais	11 362,8	27,9	78,9
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	8 422,1	41,4	73,0
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	6 486,7	15,2	78,9
Ações de Valorização do Litoral	5 885,1	10,1	60,3
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	3 001,6	25,0	12,6
Otimização da Gestão de Resíduos	1 228,3	61,9	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)	1 000,8	14,5	96,9
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	665,1	48,2	57,3
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais)	41,4	1,4	100,0
TOTAL MAIS CENTRO	1 732 470,4	29,7	68,7

*No total dos Programas Operacionais do Continente.

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 3. FEDER aprovado no âmbito do PO temático Fatores de Competitividade na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER validado*	FEDER validado/ FEDER aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	840 159,2	43,7	464 077,9	55,2
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	134 977,3	41,2	72 810,5	53,9
Engenharia Financeira	122 358,2	33,3	61 815,1	50,5
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	122 136,4	30,7	55 166,1	45,2
Apoio a Ações Colectivas	94 993,8	41,1	42 297,8	44,5
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	91 284,3	26,5	31 880,0	34,9
Apoio à Modernização Administrativa	40 823,6	14,0	9 502,1	23,3
Assistência Técnica	18 095,7	32,1	9 641,1	53,3
TOTAL FATORES DE COMPETITIVIDADE	1 464 828,6	37,2	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 4. Fundos aprovados no âmbito do PO temático Valorização do Território na Região Centro

	Fundos aprovados		Fundos validados*	Fundos validados/ Fundos aprovados*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	267 110,2	27,5	223 242,4	83,6
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	241 468,4	32,1	97 051,8	40,2
Redes e Equipamentos de Transportes	159 690,0	23,4	75 194,6	47,1
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	75 813,4	43,8	51 264,0	67,6
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	75 403,2	49,7	60 485,3	80,2
Combate à Erosão e Defesa Costeira	56 522,4	31,0	21 193,1	37,5
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	45 211,2	35,0	30 538,5	67,5
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	43 356,2	54,3	39 480,9	91,1
Mobilidade Territorial	36 157,0	9,1	23 599,4	65,3
Prevenção e Gestão de Riscos	27 159,8	18,0	18 724,1	68,9
Recuperação do Passivo Ambiental	21 576,4	32,9	12 612,6	58,5
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	16 092,3	40,2	11 441,9	71,1
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	12 108,8	41,2	10 262,1	84,7
Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4 351,5	57,8	1 614,7	37,1
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2 331,9	43,5	555,1	23,8
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	1 084 352,8	24,0	-	-

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 5. Fundo Social Europeu aprovado no âmbito do PO temático Potencial Humano na Região Centro

	Fundo aprovado		Fundo validado*	Fundo validado/ Fundo aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Cursos Profissionais	428 148,7	33,6	353 540,0	82,6
Cursos de Educação e Formação de Adultos	242 102,7	30,5	238 378,5	98,5
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	188 495,8	40,0	160 676,7	85,2
Formações Modulares Certificadas	186 722,7	29,3	126 524,5	67,8
Cursos de Educação e Formação de Jovens	103 327,5	27,8	97 566,9	94,4
Programa Estágios Profissionais	92 610,9	40,1	76 421,6	82,5
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	86 899,1	44,1	64 023,2	73,7
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	72 991,5	27,3	71 120,8	97,4
Programa de Formação Ação	62 515,4	34,7	46 963,2	75,1
Sistema de Aprendizagem	48 794,3	25,4	48 716,8	99,8
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	43 970,5	36,7	31 908,0	72,6
Apoios ao Emprego	36 223,2	37,1	24 886,1	68,7
Promoção do Emprego Científico	34 071,9	38,3	25 073,3	73,6
Formação para a Inovação e Gestão	30 790,5	31,2	27 028,1	87,8
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	26 649,7	33,6	14 138,9	53,1
Cursos de Especialização Tecnológica	25 044,4	43,0	15 657,5	62,5
Formação para a Inclusão	24 135,9	39,3	17 367,4	72,0
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	17 437,6	9,7	14 298,5	82,0
Apoio à Inserção de Desempregados	13 638,4	30,6	9 438,4	69,2
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	13 595,6	23,0	3 563,3	26,2
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	9 405,9	31,3	5 143,2	54,7
Estágios Profissionais na Administração Pública Local	8 376,6	38,8	8 376,6	100,0
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	6 786,2	48,8	4 383,4	64,6
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	6 133,8	45,1	4 454,3	72,6
Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	5 913,8	37,6	5 913,8	100,0
Qualificação dos Profissionais do Setor da Educação	5 456,8	34,4	5 456,8	100,0
Qualificação para os Profissionais da Saúde	5 046,6	36,1	3 303,6	65,5
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	4 703,4	27,4	3 511,1	74,7
Qualificação – Emprego	4 062,6	37,2	0,0	0,0
Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens	2 813,4	14,7	2 231,2	79,3
Qualidade dos Serviços e Organizações	2 729,3	29,9	1 916,0	70,2
Planos para a Igualdade	2 355,0	35,7	1 494,9	63,5
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	1 882,3	20,0	1 280,2	68,0
Educação para a Cidadania - Projetos Inovadores	1 760,9	24,9	0,0	0,0
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	1 446,6	11,9	1 282,3	88,6
Programas Integrados para a Promoção da Inclusão Social de Crianças	1 221,7	22,9	0,0	0,0
Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos	1 111,9	25,1	541,9	48,7
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	976,0	18,8	743,0	76,1
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	160,7	25,4	123,2	76,6
TOTAL POTENCIAL HUMANO	1 850 509,7	29,6	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 6. Aprovações no Mais Centro

		dezembro 2013	junho 2013	dezembro 2012	junho 2012
Aprovações					
Operações	n.º	4.433	3.889	3.298	2.928
Investimento (custo) total	milhões €	2.663,4	2.605,1	2.545,0	2.355,5
Investimento (custo) elegível	milhões €	2.259,9	2.200,1	2.147,5	1.978,3
Fundo comunitário	milhões €	1.732,5	1.694,9	1.645,6	1.444,8

Quadro 7. Execução financeira do Mais Centro

		dezembro 2013	junho 2013	dezembro 2012	junho 2012
Execução financeira					
Despesa validada					
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.513,3	1.366,2	1.221,3	985,4
Fundo comunitário	milhões €	1.190,8	1.076,5	957,4	748,0
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.209,4	1.106,1	981,9	760,1
Indicadores financeiros					
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	102,1	99,9	97,0	84,9
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	70,2	63,5	56,4	44,0
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	68,7	63,5	58,2	51,8
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	69,8	65,3	59,7	52,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	101,6	102,8	102,6	101,6
Rácio pagamentos aos beneficiários/fundo programado	%	71,3	65,2	57,9	44,8

Quadro 8. Monitorização dos contratos com as Comunidades Intermunicipais no âmbito do Mais Centro

CIM	Aprovação		Execução	
	Candidaturas aprovadas (n.º)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
Baixo Mondego	71	52,8	45,0	85,3
Baixo Vouga	107	103,0	91,1	88,5
Beira Interior Sul	31	20,4	19,1	93,5
COMURBEIRAS	91	48,1	44,5	92,4
Dão-Lafões	104	78,8	66,3	84,1
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	81	84,4	73,0	86,5
Oeste	51	53,8	42,3	78,5
Pinhal Interior Norte	60	53,0	48,4	91,4
Pinhal Litoral	49	35,8	33,1	92,5
Serra da Estrela	21	12,6	10,8	86,0
TOTAL	666	542,6	473,6	87,3

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 9. Indicadores no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais: educação e outros regulamentos

CIM	Total		Educação			Outros Regulamentos		
	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(%)	(milhões €)	(milhões €)	(%)
Baixo Mondego	52,8	45,0	23,8	22,2	93,3	29,0	22,8	78,7
Baixo Vouga	103,0	91,1	49,8	43,2	86,7	53,2	47,9	90,1
Beira Interior Sul	20,4	19,1	5,7	5,4	94,9	14,7	13,7	92,9
COMURBEIRAS	48,1	44,5	6,1	5,9	96,9	42,0	38,6	91,8
Dão-Lafões	78,8	66,3	18,7	16,2	86,6	60,1	50,1	83,4
Médio Tejo/								
Pinhal Int. Sul	84,4	73,0	46,3	41,3	89,3	38,1	31,7	83,1
Oeste	53,8	42,3	42,5	34,7	81,8	11,4	7,5	66,2
Pinhal Int. Norte	53,0	48,4	22,4	19,7	88,0	30,6	28,7	93,9
Pinhal Litoral	35,8	33,1	11,3	10,3	90,8	24,5	22,8	93,3
Serra da Estrela	12,6	10,8	5,1	5,0	97,3	7,4	5,8	78,2
TOTAL	542,6	473,6	231,6	203,9	88,0	311,0	269,7	86,7

(31 de dezembro de 2013)

Quadro 10. Fundo comunitário aprovado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL	
							milhões €
Baixo Mondego		3,7	7,9	9,1	4,9	3,3	29,0
Baixo Vouga		11,1	16,4	11,0	9,4	5,3	53,2
Beira Interior Sul		2,0	3,1	7,1	2,5	0,0	14,7
COMURBEIRAS		2,0	6,6	20,8	7,1	5,5	42,0
Dão-Lafões		4,4	3,6	42,1	5,3	4,8	60,1
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul		1,7	5,0	15,2	7,4	8,8	38,1
Oeste		1,4	1,7	7,3	0,5	0,5	11,4
Pinhal Interior Norte		2,9	10,2	9,4	7,5	0,7	30,6
Pinhal Litoral		0,7	8,8	12,0	2,7	0,4	24,5
Serra da Estrela		0,9	0,4	2,3	1,4	2,5	7,4
TOTAL		30,8	63,5	136,2	48,8	31,7	311,0

(31 de dezembro de 2013)

Quadro II. Fundo comunitário validado/executado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Baixo Mondego	2,1	6,4	7,3	4,5	2,5	22,8
Baixo Vouga	10,4	13,7	10,7	8,6	4,6	47,9
Beira Interior Sul	2,0	3,0	6,2	2,5	0,0	13,7
COMURBEIRAS	1,8	6,5	19,0	6,1	5,2	38,6
Dão-Lafões	3,0	2,7	35,9	4,1	4,5	50,1
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	1,7	4,2	14,6	7,1	4,1	31,7
Oeste	1,4	1,2	4,0	0,5	0,5	7,5
Pinhal Interior Norte	2,9	9,4	9,1	6,7	0,7	28,7
Pinhal Litoral	0,2	8,1	11,5	2,6	0,4	22,8
Serra da Estrela	0,8	0,4	1,8	1,2	1,6	5,8
TOTAL	26,2	55,4	119,9	44,0	24,1	269,7

(31 de dezembro de 2013)

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM	Comunidades Intermunicipais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
ICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
PO FC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH	Programa Operacional Potencial Humano
PO VT	Programa Operacional Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SI	Sistemas de Incentivos
SCT	Sistema Científico e Tecnológico

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone 239 400 100

observatoriocentro@ccdr.pt

Para informações sobre a situação económica da Região Centro, consultar o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” em www.ccdrc.pt/boletim. Para obter a informação conjuntural, consultar <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Co-financiamento:

